

# COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

8ª Reunião Extraordinária 22 de Julho de 2020 às 10:00 horas no Ambiente Virtual.

**Presidente: Deputado Wellington Moura**

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei Complementar 23/2019	Deputado Sargento Neri	Dispõe sobre promoções das praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo.	Deputado Delegado Olim	favorável, com emenda	
2	Projeto de lei Complementar 50/2019	Deputado Major Mecca	Acrescenta o artigo 7º-A à Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974, que institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas.	Deputado Delegado Olim	favorável	
3	Projeto de lei 1151/2017	Deputado Aldo Demarchi	Autoriza o Poder Executivo a instalar um restaurante "Bom Prato" em Jaú.	Deputado Estevam Galvão	favorável	D.D.M.
4	Projeto de lei 1158/2017	Deputado André Soares	Regulamenta a informação completa dos itens que fazem parte da cesta de alimentação, higiene ou limpeza.	Deputado Estevam Galvão	favorável	R.M.
5	Projeto de lei 1192/2017	Deputado André Soares	Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa "Bom Prato" em Sorocaba.	Deputado Marcio da Farmácia	favorável	D.D.M.
6	Projeto de lei 60/2018	Deputado Gil Lancaster	Cria o "Programa de Prevenção à Síndrome de Capgras", no Estado.	Deputado Roberto Engler	favorável	R.M., A.d.M.
7	Projeto de lei 66/2018	Deputado Gil Lancaster	Cria o "Programa de Prevenção à Síndrome de Alagille", no Estado.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	C.M., A.d.M.

8	Projeto de lei 70/2018	Deputado Gil Lancaster	Cria o "Programa de Prevenção à Síndrome de Alport", no Estado.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	C.M., A.d.M.
9	Projeto de lei 73/2018	Deputado Gil Lancaster	Cria o "Programa de Prevenção da Saúde à Doença de Alopecia", no Estado.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	
10	Projeto de lei 131/2018	Deputada Leci Brandão	Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de pedágio os proprietários de veículos automotores portadores de deficiência renal que precisam se deslocar para outro município a fim de se submeterem ao tratamento de hemodiálise.	Deputado Paulo Fiorilo	favorável	R.E., D.D.M.
11	Projeto de lei 450/2018	Deputado Wellington Moura	Dispõe sobre os estabelecimentos de uso coletivo, inclusive os restaurantes, que impuserem restrições relativas aos trajes de seus frequentadores, a fim de que informem suas regras de vestimenta por meio de placa ou "banner" perfeitamente visível nas entradas destinadas ao público e de aviso ostensivo nas páginas principais dos "sites" que mantiverem e nas mídias sociais que utilizarem.	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto e contrário à emenda da CCJR	A.d.M., P.F.
12	Projeto de lei 251/2019	Deputado Sargento Neri	Institui o sigilo de dados de vítimas, testemunhas e policiais.	Deputado Delegado Olim	favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR	
13	Projeto de lei 700/2019	Deputado Major Mecca	Altera a Lei nº 9.155, de 15 de maio de 1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação trimestral das informações que especifica.	Deputado Delegado Olim	favorável	
14	Projeto de lei 852/2019	Deputada Leticia Aguiar	Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 4.166, de 20 de julho de 1984, que torna obrigatória a afixação de aviso, alertando para os riscos da auto-medicação.	Deputado Delegado Olim	favorável, com emenda	

15	Processo 5476/2010	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.EBC 1569/2010 - TC-038280/026/08 e TC038281/026/08 - Julgou irregular os contratos celebrados entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e os Consórcio SGM-TAIT e Consórcio Motorola Digital.	Deputado Estevam Galvão	ratifica manifestação anterior, de sua autoria, que solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para ciência da rescisão do julgado anterior, reputando regulares o pregão presencial internacional e os contratos dele decorrentes	A.d.M.
16	Processo 582/2017	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 101/2017 - TC-036305/026/09 - Julgou irregular o pregão presencial celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública-Polícia Militar do Estado de São Paulo - Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Intendência e a empresa Capricórnio S.A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	A.d.M.
17	Processo 1401/2017	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC 214/2017 -TC-030299/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos-CPTM e a empresa Unitech Tecnologia de Informação S.A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	T.N.
18	Processo 3357/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	OF. C.CCM 1022/2018 - TC-33839/026/12 - Julgou irregulares o pregão e o contrato celebrados entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo-METRÔ e a empresa Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que não cabe mais a sustação do contrato, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	

19	Processo 5053/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 2203/2018 - TCs-030874/026/11 e 025103/02611 - Julgou irregulares o contrato e os termos aditivos celebrados entre a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo-ARSESP e o Centro Abril de Pesquisa Pública e Privada Ltda.-ME. e julgada procedente a Representação formulada pela empresa Mark Sistemas de Informações e Informática Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
20	Processo 638/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 351/2019 - TC-24542/026/09 - Julgou irregulares a concorrência e o contrato celebrados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos-CPTM e o Consórcio TSHO-Calmon Viana, composto pelas empresas Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda., SPA Engenharia Indústria e Comércio Ltda., Heleno & Fonseca Construtécnica S.A. e O&M Implantação de Projetos Especiais Ltda.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	D.D.M.
21	Processo 3624/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 732/2019 - TC-4305/026/10 - Julgou irregular o contrato celebrado entre o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e a empresa Provac Serviços Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
22	Processo 3626/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 749/2019 - TC-040178/026/07 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Departamento de Polícia Judiciária da Capital-DECAP e a empresa CHEFF Grill Refeição Express Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	

23	Processo 5210/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.ECR 1035/2019 - TC-14401/026/12 - Julgou irregulares o pregão eletrônico, a ata de registro de preços, a ordem de serviço e a execução contratual celebrada entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, e a empresa Esdeva Indústria Gráfica S/A.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	
24	Processo 5211/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 828/2019 - TC-06950/026/14 - Julgou irregulares o pregão eletrônico, o contrato e o termo de rescisão contratual amigável, celebrados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, e a empresa Aynil Soluções S/A.	Deputado Estevam Galvão	que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos	D.D.M.

# COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

## PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

**8ª Reunião Extraordinária 22 de Julho de 2020 às 10:00 horas no Ambiente Virtual.**

**Presidente: Deputado Wellington Moura**

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
25	Projeto de decreto legislativo 12/2017	Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Considera regular o contrato celebrado entre a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa/SP e a empresa Lenovo Tecnologia Brasil Ltda., objetivando o fornecimento de equipamentos de informática, com prestação de garantia de funcionamento e assistência técnica.			R.M., C.M., P.F., E.G., T.B., D.D.M., G.D.
26	Projeto de decreto legislativo 13/2017	Comissão de Finanças e Orçamento e Planejamento	(CONCLUSIVA) Considera regular o contrato celebrado entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo - DER e a Empresa Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda., objetivando a execução das obras e serviços de melhoramentos e pavimentação da estrada vicinal entre a SP - 249 e o Bairro Encapoeirado.			R.M., C.M., P.F., E.G., T.B., D.D.M., G.D.

PARA CIÊNCIA:

- Ofício-circular 3/20, do Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado, referente 'aos efetivos impactos da pandemia da Covid-19 no orçamento do Estado, aprovado para o ano de 2020: além da queda da arrecadação tributária, impuseram-se gastos adicionais, especialmente nas áreas de saúde e assistência social, mas também na segurança, nos transportes públicos e no apoio aos micro e pequenos empresários. A queda real de arrecadação em relação às previsões da lei orçamentária de 2020 para o mês de abril deste ano é de 21,5%, o que representa R\$3.097 bilhões, sendo que a indicação de queda para o mês de maio é ainda maior, projetada para 28,4%, equivalente a R\$3.986 bilhões. Diante dessas informações, restam claras as dificuldades orçamentárias e financeira que atravessa o estado de SP, em que pese estarem sendo tomadas diversas medidas de contenção de gastos em diversas frentes'.

- Ofício 6/20, do Prefeito do Município de Araras, encaminhando, 'em solidariedade à causa, a Moção de Apoio às reivindicações dos trabalhadores da Fundação ITESP', de autoria da AFITESP - Associação do Funcionários da Fundação ITESP e do SINDAFITESP - Sindicato dos Trabalhadores da citada Fundação; - Ofício 56/20, da Câmara de Rancharia, encaminhando para ciência a Moção 6/20, de autoria de todos os Vereadores, no mesmo sentido; - Moção de Apoio do Prefeito do Município de Regente Feijó, no mesmo sentido.

- Ofício 68-03/20, da Câmara de Hortolândia, encaminhando para ciência a Moção 43/20, do Vereador Cleuzer Marques de Lima, de 'apelo ao Governo Federal no sentido de editar um programa de linha de crédito que vise medidas protetivas para micro e pequenas empresas, que se estendam até o final da pandemia ou por prazo suficiente para restabelecimento das empresas'.

- Ofício 281/20, da Câmara de Botucatu, encaminhando para ciência o Requerimento 345/20, de autoria da Vereadora Alessandra Lucchesi, solicitando providências dos Governos Estadual e Federal, no sentido de 'ajudar os empresários a preservar a existência da empresa, bem como garantir o emprego de muitos trabalhadores durante a pandemia'.

- Ofício 105/20, da Câmara de Jundiaí, encaminhando para ciência a Moção 314/20, de autoria do Colegiado de Vereadores, que 'apela ao Governo do Estado no sentido de anistiar a cobrança de ICMS retroativo sobre o pescado dos comerciantes de restaurantes e estabelecimentos varejistas'.

- Ofício 513/20, da Câmara de Batatais, encaminhando a Moção 72/20, de autoria do Vereador Sabará, apelando 'para suspender a cobrança do PIS/Cofins sobre o etanol e de fornecer linha de crédito para as indústrias sucroalcooleiras, a fim de minimizar os prejuízos em decorrência da pandemia causada pela covid-1'.

- Ofício 31/20, da Associação Paulista de Municípios, no sentido de 'estabelecer repasse financeiro extraordinário, sempre que o total mensal do FPM/ICMS for inferior ao igual período de 2019, para prevenir a paralização das medidas de atendimento à população paulista, executadas pelos municípios, dando o mínimo de segurança aos gestores'.